



Entidade Adjudicante | DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Número Processo Despesa | 3025006597

Procedimento | Concurso Público com publicação no JOUE

Objeto do Contrato | Fornecimento de Uniforme Operacional Unidades Navais

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Despacho de Aprovação:

Aprovo, ao abrigo das competências subdelegadas, conjugadas com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Diretor de Abastecimento,

Luís Miguel Pereira Gonçalves
Comodoro AN

ÍNDICE

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO	2
Artigo 1.º Identificação e Objeto do Procedimento	2
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	2
Artigo 3.º Decisão de Contratar	2
Artigo 4.º Escolha do Procedimento	2
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS.....	2
Artigo 5.º Tramitação do procedimento	2
Artigo 6.º Assinatura Eletrónica	2
Artigo 7.º Esclarecimentos, retificações e erros e omissões	3
Artigo 8.º Idioma dos Documentos que constituem a proposta	3
Artigo 9.º Documentos da Proposta	3
Artigo 10.º Elementos da Proposta	4
Artigo 11.º Entrega de Amostra	5
Artigo 12.º Acesso às Instalações	5
Artigo 13.º Prazo de apresentação da Proposta	5
Artigo 14.º Modo de apresentação da Proposta	5
Artigo 15.º Propostas variantes	6
Artigo 16.º Prazo de Manutenção das Propostas.....	6
Artigo 17.º Preço Base	6
CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS.....	6
Artigo 18.º Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação das Propostas	6
Artigo 19.º Fase de Negociação.....	6
Artigo 20.º Leilão Eletrónico.....	6
Artigo 21.º Admissão e Exclusão das Propostas	6
Artigo 22.º Relatório preliminar	7
Artigo 23.º Audiência prévia	7
Artigo 24.º Relatório final.....	7
CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO	7
Artigo 25.º Adjudicação	7
Artigo 26.º Notificação da decisão de adjudicação.....	7
Artigo 27.º Documentos de Habilitação.....	8
Artigo 28.º Idioma dos Documentos de Habilitação	8
Artigo 29.º Caução	9
CAPÍTULO V – CONTRATO	9
Artigo 30.º Minuta do Contrato.....	9
Artigo 31.º Outorga de Contrato	9
Artigo 32.º Não Outorga do Contrato	9
CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS.....	10
Artigo 33.º Possibilidade de adoção de Ajuste Direto	10
Artigo 34.º Encargos do concorrente	10
Artigo 35.º Consulta Preliminar	10
Artigo 36.º Proteção de dados.....	10
Artigo 37.º Legislação aplicável.....	10
ANEXO A - MODELO DE DECLARAÇÃO (ANEXO II AO CCP)	11
ANEXO B - MINUTA DA PROPOSTA	12
ANEXO C – CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES DA MARINHA.....	13
ANEXO D – MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	14
ANEXO E – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO PROCEDIMENTO	15
ANEXO F – OUTROS REQUISITOS DE ADMISSÃO	16
ANEXO G – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO	18

CAPÍTULO I – OBJETO E ÂMBITO DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º | Identificação e Objeto do Procedimento

1. O procedimento contratual n.º 3025006597 tem por objeto o Fornecimento de Uniforme Operacional Unidades Navais, nos termos do anexo A do Caderno de Encargos (CE) do presente procedimento e em conformidade com o respetivo clausulado e anexos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação conexas.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

A Entidade Pública Adjudicante é o Ministério da Defesa Nacional – Marinha, representada através da Direção de Abastecimento, sita na Base Naval de Lisboa, Alfeite, CP 2810-001 Almada.

Artigo 3.º | Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar, autorizar a despesa e aprovar o procedimento é o Diretor de Abastecimento, Comodoro AN Luís Miguel Pereira Gonçalves, ao abrigo da competência subdelegada, conjugada com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4.º | Escolha do Procedimento

Com base em critérios de economia, eficiência e eficácia, conjugado com a natureza do material a adquirir e ao grau de premência da necessidade, foi aprovado e adotado o procedimento de Concurso Público com Publicidade no JOUE, nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea a) do CCP.

CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Artigo 5.º | Tramitação do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente tramitado através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.
2. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação supramencionada.
3. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na referida plataforma eletrónica de contratação pública.

Artigo 6.º | Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).

3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nomeadamente certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração.

Artigo 7.º | Esclarecimentos, retificações e erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como a apresentação de listas de erros e omissões, devem ser solicitados até ao final do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. Os esclarecimentos e erros e omissões referidos no número anterior serão prestados/respondidos até ao final do segundo terço do prazo para apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos, as retificações e os erros e omissões expressamente aceites, fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.
4. Compete ao júri do procedimento a prestação dos esclarecimentos previstos no n.º 1..
5. Compete ao órgão competente para a decisão de contratar a decisão sobre os erros e omissões e retificações às peças do procedimento.

Artigo 8.º | Idioma dos Documentos que constituem a proposta

Todos os documentos devem ser apresentados em língua portuguesa ou, quando redigidos numa outra língua, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Artigo 9.º | Documentos da Proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão:
 - a. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - (1) *"Sou um operador económico;*
 - (2) *"Importar um DEUCP"; "Carregar documento" – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;*
 - (3) *Selecionar o país do concorrente;*
 - (4) *Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;*
 - (5) *No final, selecionar a opção "Imprimir" o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.*
 - b. **Proposta**, de acordo com o Anexo B, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;

- c. **Fichas técnicas dos bens** (quando exigido no anexo F ao presente Programa do Procedimento);
 - d. **Boletim de ensaios cuja data de emissão não tenha mais de um ano sobre a data da publicação do presente procedimento**, emitido por laboratórios independentes dos concorrentes, cujas áreas de ensaio se encontrem acreditados pela IAF (International Accreditation Forum) ou pela ENAC (Entidade Nacional de Acreditação do País da Comunidade Europeia a que o Laboratório pertença, caso exista) e/ou pela EA (European Cooperation for Accreditation), de uma amostra de tecido com referência aos valores indicados nas Especificações Técnicas dos artigos identificados no anexo F ao Programa do Procedimento, quando exigido;
 - e. **Cópia do comprovativo de entrega de amostra**, quando exigida no anexo F ao presente Programa do Procedimento;
 - f. **Declaração de aceitação** elaborada de acordo com o anexo G ao presente Programa do Procedimento;
 - g. **Documento eletrónico oficial**, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
2. Adicionalmente, poderão ser apresentados quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Artigo 10.º | Elementos da Proposta

1. **Preço total em EUROS**, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parceladamente apresentado.
2. No caso de o preço unitário ou total ser apresenta com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
3. No caso de divergência entre o valor unitário e o valor total da proposta, valerá o valor unitário por unidade de fornecimento descrito no anexo A no Caderno de Encargos, por artigo em cada lote.
4. **A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte**. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).
5. **Prazo de manutenção da proposta**, nunca inferior a 90 (noventa) dias úteis.
6. **Discriminação do prazo do fornecimento** com escalonamento expressos em dias e/ou descritos por algarismos, por lote. O prazo de fornecimento a apresentar terá de ser sempre em dias corridos, de calendário, a contar com os dias de Sábado, Domingo e Feriados.
7. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no número anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.

8. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar.
9. As propostas que, quanto ao respetivo teor e atributos, contenham elementos não conformes com as peças procedimentais, serão apreciadas, consoante o aplicável, no âmbito do n.º 2 do artigo 70.º e artigo 72.º, ambos do CCP; não se admitindo como suprimento dessas desconformidades menção pelo proponente de que as mesmas se devem considerar como não escritas.

Artigo 11.º | Entrega de Amostra

1. Sempre que solicitada na Especificação Técnica, na Instrução para Aquisição ou no anexo F ao presente Programa do Procedimento, o concorrente tem de entregar a respetiva amostra para verificação da sua conformidade com os requisitos e características definidas na Especificação Técnica.
2. A amostra é entregue na Secção de Fardamento da Divisão Operacional e Técnica da Direção de Abastecimento, até às 15h00 do último dia útil da data limite para a entrega das propostas.
3. A não entrega da amostra, nos termos descritos, constitui motivo de exclusão da proposta.
4. A amostra será avaliada nos termos e condições estabelecidas no anexo F ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 12.º | Acesso às Instalações

1. No âmbito do procedimento de formação do contrato, o acesso às instalações deve ser solicitado com a antecedência mínima de 24 horas, até ao término do segundo terço do prazo para apresentação da proposta, através do seguinte contacto: da.dot.fardam.ch@marinha.pt, com os seguintes dados:
 - Data e hora prevista de chegada
 - Nome da empresa
 - Nome condutor e Cartão do Cidadão
 - Viatura e matrícula
2. Caso a entrega das amostras seja efetuada via transportadora, solicita-se igualmente que sejam comunicados os dados acima requeridos.

Artigo 13.º | Prazo de apresentação da Proposta

1. As propostas deverão ser entregues, impreterivelmente, e sob pena de exclusão, até às 23:59 horas do 30.º dia a contar do dia útil seguinte ao envio para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP, através do meio eletrónico definido no artigo 5.º.
2. A data fixada para a apresentação de propostas pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado.

Artigo 14.º | Modo de apresentação da Proposta

A proposta e os respetivos documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica de contratação pública em vigor na Marinha – www.acingov.pt.

Artigo 15.º | Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º | Prazo de Manutenção das Propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 dias úteis.

Artigo 17.º | Preço Base

O preço base para efeitos do presente procedimento é de 309.928,96 €, enquanto montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 18.º | Critério de Adjudicação e Modelo de Avaliação das Propostas

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do disposto no artigo 74.º n.º 1 alínea a) do CCP.
2. O modelo de avaliação das propostas consta do anexo D ao presente programa.
3. Após aplicação do critério de adjudicação, e se se verificar a situação de empate entre dois ou mais concorrentes, será aplicado o critério por ordem decrescente de ponderação dos fatores. Será adjudicada a proposta que reunir mais pontuação no fator que tiver maior peso. Se se verificar situação de empate, será efetuado o mesmo exercício para o ou os fatores seguintes.
4. No caso de mesmo assim se verificar uma situação de empate entre os concorrentes, serão os mesmos notificados, via correio eletrónico, para comparecerem na data e hora que lhes venha a ser indicada e na morada identificada no presente Programa do Procedimento, para a aplicação do método de sorteio, não sendo, no entanto, obrigatória a sua presença. O sorteio consistirá na identificação dos nomes dos concorrentes, em folhas de formato A5 dobradas em 4 partes iguais e colocadas num saco preto, sendo tirada à sorte apenas uma das folhas por um elemento do júri. A adjudicação será efetuada ao concorrente identificado na folha sorteada. Este sorteio será realizado na presença de pelo menos dois elementos do júri e dos representantes das firmas notificadas e que se queiram fazer representar.

Artigo 19.º | Fase de Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 20.º | Leilão Eletrónico

Não aplicável.

Artigo 21.º | Admissão e Exclusão das Propostas

Sem prejuízo de outros motivos previstos na lei, são excluídas as propostas nas seguintes situações:

- a. Nos termos previstos no artigo 146.º n.º 2 do CCP;

- b. Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos;
- c. Quando se verifique que todos os documentos que compõem a proposta não se encontrem assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 22.º | Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas.

Artigo 23.º | Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 24.º | Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

Artigo 25.º | Adjudicação

A adjudicação será efetuada ao concorrente que se posicione no primeiro lugar da ordenação final.

Artigo 26.º | Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.
2. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no artigo 76.º n.º 1 do CCP.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa;
 - b. Confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições das propostas adjudicadas;
 - c. Pronunciar-se sobre a minuta de contrato no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da notificação de adjudicação.
4. A outorga do contrato ou os seus efeitos, quando o contrato não seja reduzido a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP, apenas poderão ocorrer depois de decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação.

Artigo 27.º | Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. **Declaração elaborada de acordo com o anexo II ao CCP**, constante em anexo A ao presente Programa;
 - b. **Certificado de registo criminal** da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da pessoa coletiva ou de pessoa singular, quando aplicável;
 - c. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por impostos ao Estado** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da UE;
 - d. **Certidão** sobre a situação regularizada relativamente a **dívidas por contribuições para a segurança social** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da UE;
 - e. **Certidão Permanente de Registo Comercial** se o DEUCP não apresentar o endereço e as credenciais de acesso à informação a partir de uma base de dados de um Estado Membro da EU;
 - f. **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto (o preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>);
 - g. **Declaração de aceitação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha** (constante no Anexo C ao presente Programa);
2. Optativamente, pode o adjudicatário emitir uma autorização à entidade adjudicante para obter a referida informação junto das entidades competentes.
3. Caso sejam detetadas não conformidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, nos termos do artigo 86.º n.º 2 do CCP, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, para que este se pronuncie, ao abrigo de audiência prévia.
4. Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário a entidade adjudicante, em função das razões invocadas, notifica o adjudicatário para a apresentar os documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP
5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, os adjudicatários não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa.

Artigo 28.º | Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 29.º | Caução

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida caução.

CAPÍTULO V – CONTRATO

Artigo 30.º | Minuta do Contrato

1. A minuta do Contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar e notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no artigo 98.º n.º 1 do CCP.
2. A minuta do contrato será notificada ao adjudicatário nos termos do disposto no artigo 100.º n.º 1 do CCP.
3. A minuta do Contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
4. A reclamação da minuta do Contrato a celebrar só pode ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, dos termos do disposto no artigo 96.º no n.º 2 e 5 do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
5. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 31.º | Outorga de Contrato

1. Será celebrado contrato escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático, nos termos do artigo 94.º do CCP. A formação e a formalização do texto do mesmo obedecerão ao procedimento descrito nos artigos 94.º a 106.º do CCP.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, toda documentação que seja necessária ao pontual cumprimento do mesmo.
3. O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento será publicitado em www.base.gov.pt.
4. A outorga do contrato apenas poderá ocorrer, decorrido o prazo de 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação.

Artigo 32.º | Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário selecionado não cumprir com o prazo e procedimentos fixados para a outorga do contrato através de clausulado em suporte informático, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no artigo 54.º n.º 4 do CCP.
2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente ao do último prestador selecionado.

3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do CCP.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

Artigo 33.º | Possibilidade de adoção de Ajuste Direto

Não existe a possibilidade de adoção de ajuste direto, nos termos do artigo 26.º do CCP, para a repetição de contratos de aquisição de bens similares aos do objeto do presente contrato.

Artigo 34.º | Encargos do concorrente

São encargos do concorrente as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta.

Artigo 35.º | Consulta Preliminar

Não aplicável.

Artigo 36.º | Proteção de dados

1. Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso ao abrigo do presente procedimento deverão ser tratados na estrita observância e nos termos do Regulamento Geral de Proteção de Dados.
1. Os concorrentes comprometem-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenham tido conhecimento por força do presente procedimento.

Artigo 37.º | Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente Programa, observar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação, e restante legislação aplicável.

ANEXO A - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados³] os documentos comprovativos de que a sua representada⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura⁵].

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

⁴ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁵ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO B - Minuta da Proposta

_____ (denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____ (designação do procedimento), a que se refere o programa datado de _____ (data), obriga-se a executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no Programa, Caderno de Encargos e demais documentação, nos moldes seguintes:

Lote	Bem/Serviço	Quantidade	Unidade de fornecimento	Preço unitário (S/IVA)	Preço Total (S/IVA)
				Subtotal	
				Subtotal	
				TOTAL	

O preço total de _____ (em algarismos e por extenso), com exclusão do IVA, constitui-se como atributo da proposta.

À quantia mencionada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, na percentagem de ____%, no montante de_____.

Prazo do fornecimento: _____

Prazo de manutenção da proposta: 90 dias úteis

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

ANEXO C – Código de conduta dos fornecedores da Marinha

Código de Conduta do Fornecedor



Código de Conduta do Fornecedor

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO	1
ÂMBITO DA APLICAÇÃO	2
COMPROMISSOS	4
Ética e Integridade	4
Direitos Humanos e Laborais	4
<i>Compliance</i>	4
Ambiente	5
Segurança e Informação	5
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO	7
INCUMPRIMENTOS	7



ENQUADRAMENTO

A Marinha é um organismo do Estado que tem por missão principal participar, de forma integrada, na defesa militar da República, nos termos da Constituição e da lei, sendo fundamentalmente vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

O cumprimento da missão da Marinha decorre num quadro de valores pelo qual pauta a sua atuação e onde se destacam a Lealdade, a Integridade, a Coragem, a Camaradagem e a Justiça.

Deste quadro de valores, destaca-se a integridade que assenta na legalidade, transparência e honestidade nos fins e meios para os alcançar e nas relações abertas, francas e claras entre a Marinha e as entidades externas.

Com base neste quadro de valores, e por acreditar que uma relação transparente e socialmente responsável entre a Marinha e os seus fornecedores deve ser alicerçada em princípios perfeitamente claros e definidos, foi desenvolvido o presente Código de Conduta do Fornecedor com o objetivo de comunicar a todos os seus fornecedores, atuais e futuros, os seus valores enquanto entidade que recorre ao fornecimento de bens, serviços e empreitadas no mercado.



ÂMBITO DA APLICAÇÃO

O Código de Conduta do Fornecedor da Marinha é aplicável a todos os seus fornecedores, nomeadamente, todas as pessoas singulares e coletivas com as quais a Marinha estabelece relações comerciais para fornecimento de bens, serviços e empreitadas, incluindo os seus subcontratados.

O Código de Conduta do Fornecedor abrange os temas da ética, integridade, direitos humanos e laborais, compliance, ambiente e segurança da informação, em respeito das disposições da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções da Organização Internacional do Trabalho, das normas de natureza ambiental e da legislação nacional e comunitária.

Através de declaração expressa, os fornecedores da Marinha assumirão os compromissos previstos no presente Código de Conduta do Fornecedor.



COMPROMISSOS

Ética e Integridade

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar os mais elevados padrões éticos, morais, de honestidade e de integridade humana.

O fornecedor da Marinha compromete-se a adotar uma postura ética, não oferecendo ou aceitando qualquer oferta de bens, valores, benefícios ou outras contrapartidas.

O fornecedor da Marinha compromete-se a evitar condutas suscetíveis de originar conflitos de interesses ou de gerar expectativas de favorecimentos nas relações comerciais com a Marinha.

Direitos Humanos e Laborais

O fornecedor da Marinha compromete-se a não recorrer a trabalho infantil e a garantir que não se verificam situações de tratamento ou ameaça de tratamento desumano, incluindo assédio ou abuso sexual, punições corporais, coação física ou moral ou abuso verbal sobre os trabalhadores.

O fornecedor da Marinha compromete-se a promover o respeito pelo trabalho livre, recusando situações qualificáveis como trabalho forçado e não adotar qualquer prática relacionável com tráfico humano ou restrições injustificadas à livre circulação, apropriação indevida de documentos e remunerações.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a todo o tempo um rigoroso cumprimento da legislação laboral vigente e de acordos coletivos de trabalho, quando aplicável, garantindo ainda o cumprimento das normas vigentes relativas a matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho.

Compliance

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir a legislação nacional, comunitária e internacional em vigor e que seja aplicável no âmbito da relação contratual existente com a Marinha.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar qualquer prática, atividade ou conduta suscetível de configurar um ato criminalmente punível.

O fornecedor da Marinha compromete-se a não adotar ações que visem restringir a concorrência de mercado ou a praticar atos de concorrência desleal.

Ambiente

O fornecedor da Marinha compromete-se a cumprir as normas e requisitos ambientais aplicáveis à sua atividade, balizado pelo princípio de “não prejudicar significativamente”, na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, e das respetivas orientações técnicas (Comunicação da Comissão nº 2021/C58/01).

O fornecedor da Marinha compromete-se a desenvolver esforços de minimização do impacto ambiental da sua atividade, procurando uma utilização racional e eficiente dos recursos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a implementar práticas de gestão com objetivo de diminuir a produção de resíduos e otimizar a sua gestão e tratamento.

Segurança da Informação

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a segurança da informação à qual tem acesso e/ou produz no contexto da sua relação com a Marinha, assim como a segurança dos recursos a ela associados, nomeadamente os humanos e tecnológicos.

O fornecedor da Marinha compromete-se a garantir a proteção de dados pessoais, nomeadamente o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016) e demais legislação que lhe seja aplicável.

O fornecedor da Marinha compromete-se a respeitar a propriedade intelectual e a guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à atividade da Marinha, não podendo fazer uso ou divulgar qualquer uma dessas informações.







DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

O compromisso do fornecedor é declarado através do preenchimento da minuta da declaração de compromisso do fornecedor com o Código de Conduta do Fornecedor, em anexo.

INCUMPRIMENTOS

Em caso de ser verificada alguma não conformidade com o presente código de conduta na atuação de um fornecedor, a Marinha reserva-se o direito de proceder à comunicação da situação verificada às autoridades competentes.

ANEXO

Declaração de Compromisso do Fornecedor com o Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha

Denominação da Empresa:

Número Identificação Pessoa Coletiva:

Nome do representante legal:

Cargo:

Declaro pelo presente documento que:

Recebemos e tomámos conhecimento do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Subscrevemos todos os compromissos previstos Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Informaremos todos os nossos funcionários/subcontratados do conteúdo do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha;

Prontificamo-nos a reportar à Marinha qualquer suspeita de violação do Código de Conduta dos Fornecedores da Marinha.

[Data e Local]

_____, ____ de _____ de _____

[Assinatura]



marinha.pt

ANEXO D – Modelo de Avaliação das Propostas



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Regulamento de Avaliação de Propostas

O presente regulamento tem como função permitir a ponderação de fatores e características de forma a garantir a melhor qualidade dos bens a fornecer em adequação ao fim ao qual se destinam para a respetiva aquisição, nos termos do critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da melhor relação qualidade/preço– artigo 74.º, n.º 1, al. a) e artigo 75.º do Código dos Contratos Públicos:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento aplica-se à aquisição do uniforme operacional para unidades navais.

Artigo 2.º

Avaliação das Propostas

1. Qualquer proposta apresentada será avaliada em dois aspetos:
 - a. Qualidade do tecido;
 - b. Preço.

2. Cada aspeto terá a seguinte ponderação perfazendo um total de 100 pontos percentuais:
 - a. Qualidade do tecido – 60%;
 - b. Preço – 40%.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

3. Qualquer proposta está sujeita aos aspetos e características técnicas que não são suscetíveis de serem alteradas, e, a aspetos e características técnicas ponderáveis, nos termos dos artigos seguintes e nos termos da tabela seguinte:

FACTORES	PONTUAÇÃO	PONDERAÇÃO
Qualidade do tecido (QT)	0 a 20	60%
Preço (P)	0 a 20	40%

Artigo 3.º

Aspetos da Aquisição

1. Toda e qualquer proposta apresentada para a aquisição dos bens referidos no artigo primeiro, terão de apresentar um boletim de ensaios emitido por Laboratórios independentes dos concorrentes, cujas áreas de ensaio se encontrem acreditados pela IAF (International Accreditation Forum) ou pela ENAC (Entidade Nacional de Acreditação do País da Comunidade Europeia a que o Laboratório pertença, caso exista) e/ou pela EA (European Cooperation for Accreditation), de uma amostra de tecido com referência aos valores indicados nas Especificações Técnicas apenas ao caderno de encargos do presente procedimento, com as características dentro dos valores definidos nos artigos seguintes, respetivamente.

2. A falta do boletim mencionado no número anterior implica a exclusão da proposta do procedimento.

3. A apresentação de um boletim que não contemple todos os ensaios, leva a considerar a proposta não tecnicamente válida, tendo como consequência a sua exclusão do procedimento.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

4. A apresentação de boletins cuja emissão tenha mais de um ano à da publicação do procedimento, será considerada como inválida, tendo como consequência a exclusão da proposta.

5. Os concorrentes têm obrigatoriamente que entregar as amostras solicitadas no anexo F ao caderno de encargos, que deverão ser confeccionadas de acordo com o exigido na especificação técnica do artigo. A não apresentação das amostras solicitadas, bem como a apresentação de amostras que não cumpram com o definido na respetiva especificação técnica, dita a exclusão das propostas.

Artigo 4.º

Caraterísticas do tecido não submetidas à concorrência

1. A composição fibrosa, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na ISO 1833-1, tem de ser apresentada numa margem de variação de mais ou menos (+/-) de três (3) em valor absoluto (com exceção da fibra elástica) em relação à amostra padrão, com referência ao quadro seguinte:

Caraterísticas		Unidade	Valores de referência		
			Nominal	Tolerância	
				Mínima	Máxima
Fibras - Composição	Aramida	%	70	70	72
	Viscose FR	%	28	25	28
	Poliamida (Anti- estática)	%	2	2	3

2. As coordenadas de Cor CIELAB são apresentadas com um valor de diferença (ΔE) não superior a 2,0 (dois) em relação à amostra padrão, com referência ao quadro seguinte:



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Características		Valores de referência
Coordenadas de Cor CIELab	L	21,00
	a	0,35
	b	-5,25

3. O ponto (debuxo), de acordo com as referências das Normas NP 4114, é sarja 2/1 (rip-stop).
4. A Propagação Limitada da Chama, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na NP EN ISO 15025, o valor do calor convectivo, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na ISO 9151, o valor do calor radiante, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na EN ISO 6942, o valor do calor por contacto, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na ISSO 12127 bem como as propriedades electroestáticas, de acordo com os valores referenciais à Norma de Ensaio conforme o disposto na EN 1149-3, tem de cumprir o definido no quadro seguinte.

Norma de Ensaio	Características		Unidade	Valores de referência		
				Nominal	Tolerância	
					Mínima	Máxima
NP EN ISO 15025	Propagação Limitada da Chama		---	Cumpre	---	---
ISO 9151	Calor Convectivo (1)		---	B1	B1	---
EN ISO 6942	Calor Radiante (2)		---	C1	C1	---
ISSO 12127	Calor por contato		----	F1	---	---
EN 1149-3	Propriedades Eletroestáticas: medição da queda de carga	Tempo de queda de metade da carga(t50)	s	1	---	2
		Fator de Blindagem	---	0,7	0,5	---



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Artigo 5.º

Características do tecido submetidas à concorrência

As propostas apresentadas deverão ter as seguintes características do tecido, sendo ponderável a sua avaliação nos termos definidos:

Norma de Ensaio	Características		Unidade	Valores de referência			Fator de Ponderação (FP)
				Nominal	Tolerância		
					Mín.	Máx.	
NP 4105	Título do Fio	Teia	Nm	50/2	48/2	52/2	2
		Trama	Nm	50/2	48/2	52/2	2
EN ISO 13934-1	Resistência à Rotura	Teia	N	1300	1200	---	6
		Trama	N	850	800	---	6
EN ISO 13934-1	Resistência ao Rasgo	Teia	N	130	120	---	4
		Trama	N	95	85	---	4
NP EN 1049-2	Número fios	Teia	Fios/cm	31	30	32	2
		Trama	Fios/cm	21	20	23	2
EN ISO 12945-2	Pilling (2000 ciclos)		Ciclos	4	4	---	4
EN ISO 12947-2	Abrasão (12Kpa)		Revoluções	60000	50000	--	2
EN 12127	Peso por metro quadrado		g/m2	225	220	230	8
NP EN 25077	Estabilidade Dimensional Lavagem/Secagem Doméstica 40°C, Suspensão	Teia	%	0	-3	+2	4
		Trama	%	0	-3	+2	4
NP EN ISO 4920	Resistência à molhagem superficial		Grau	5	4/5	---	4
NP EN ISSO 14419	Repelência ao óleo		Grau	4/5	4	---	4
NP EN ISO 105 B02	Solidez do Tinto à Luz (Xenotest)		Escala de azuis	6	5	---	10
NP EN ISO 105 C06	Solidez do Tinto à Lavagem		Escala de cinzentos	5	4	---	4
NP EN ISO 105 E01	Solidez do Tinto à Água		Escala de cinzentos	5	4	---	4
NP EN ISO 105 E02	Solidez do Tinto à Água do Mar		Escala de cinzentos	5	4	---	4
NP EN ISO 105 X11	Solidez do Tinto à prensagem a quente (150°)		Escala de cinzentos	5	4	---	4
NP EN ISO 105 E04	Solidez do Tinto ao Suor Ácido		Escala de cinzentos	5	4	---	4
	Solidez do Tinto ao Suor Alcalino		Escala de cinzentos	5	4	---	4
NP EN ISO 105 X12	Solidez do Tinto à Fricção	Seco	Escala de cinzentos	5	4	4	4



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

		Húmido	Escala de cinzentos	5	4	---	4
--	--	--------	------------------------	---	---	-----	---

Artigo 6.º

Avaliação das Propostas

As características do tecido fora dos valores inscritos no artigo anterior, estarão sujeitas às seguintes desvalorizações:



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Norma de Ensaio	Características		Unidade	Tolerância		Discrepâncias (D)						
				Mín.	Máx.	1 pontos	3 pontos	6 pontos	12 pontos	20 pontos	Rejeitado	
NP 4105	Título do Fio	Teia	Nm	57/2	63/2	0-2%	2-4%	4-6%	6-8%	8-10%	>10%	a)
		Trama	Nm	50/2	62/2							
EN ISO 13934-1	Resistência à Rotura	Urdidura	N	680	---							
		Trama	N	480	---							
EN ISO 13934-1	Resistência ao Rasgo	Teia	N	48	---							
		Trama	N	48	---							
NP EN 1049-2	Nº fios	Teia	Fios/cm	27	31							
		Trama	Fios/cm	20	24							
EN 12127	Peso por metro quadrado		g/m²	190	210							
NP EN 25077	Estabilidade Dimensional	Comp.	%	-3	+3	---	---	± 3,0-3,5	± 3,5-4,0	± 4,0-5,00	± 5,00	b)
		Larg.	%	-3	+3							
EN ISO 12947-2	Abrasão (12Kpa)		Revoluções	5000	---							
EN ISO 12945-2	Pilling (2000 ciclos)		Ciclos	4	---	---	---	---	---	3	<3	c)
NP EN ISO 4920	Resistência à molhagem superficial		Grau	4/5				4	3-4	3	<3	
NP EN ISSO 14419	Repelência ao óleo		Grau	4						3	<3	
NP EN ISO 105 B02	Solidez do Tinto à Luz (Xenotest)		Escala de azuis	5	---	---	---	4-5	---	4	3-4	d)
NP EN ISO 105 C06	Solidez do Tinto à Lavagem (40°)		Escala de cinzentos	4	---	---	---	3-4	---	---	3	e)
NP EN ISO 105 E01	Solidez do Tinto à Água		Escala de cinzentos	4	---							
NP EN ISO 105 E02	Solidez do Tinto à Água do Mar		Escala de cinzentos	4	---							
NP EN ISO 105 X11	Solidez do Tinto à prensagem a quente (150°)		Escala de cinzentos	4	---							
NP EN ISO 105 E04	Solidez do Tinto ao Suor ácido		Escala de cinzentos	4	---							
NP EN ISO 105 E04	Solidez do Tinto ao Suor Alcalino		Escala de cinzentos	4	---							
NP EN ISO 105 X12	Solidez do Tinto à Fricção	Seco	Escala de cinzentos	4	---							
		Húmido	Escala de cinzentos	4	---							



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A **DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO**

Notas:

- (a) Ao desvio obtido, sobre os limites de tolerância mínimos e máximos definidos, serão aplicados os pontos de desvalorização correspondentes, conforme tabela. Valores de desvio superiores a 10%, levam a considerar a proposta não tecnicamente válida.
- (b) Será atribuída a desvalorização definida na tabela para os resultados apresentados. As propostas que exceda $\pm 5\%$ serão consideradas não tecnicamente válidas
- (c) Será atribuída uma desvalorização definida na tabela para os resultados apresentados. As propostas que apresentem valor inferior a 3 serão consideradas não tecnicamente válidas
- (d) Será atribuída uma desvalorização definida na tabela para os resultados apresentados. As propostas que apresentem valor igual ou inferior a 3-4 serão consideradas não tecnicamente válidas.
- (e) Será atribuída uma desvalorização definida na tabela para os resultados apresentados. As propostas que apresentem valor igual ou inferior a 3 serão consideradas não tecnicamente válidas.

A avaliação das propostas relativas às alíneas a) será calculada de acordo com as seguintes fórmulas:

- I.** Se o valor for abaixo do valor mínimo

$$P = \left(1 - \frac{\text{valor da amostra}}{\text{valor min}} \right) \times 100$$

- II.** Se o valor for acima do valor máximo

$$P = \left(\frac{\text{valor da amostra}}{\text{valor max}} - 1 \right) \times 100$$

Onde,

P = percentagem de diferença de valores

valor min = valor de tolerância mínimo

valor max = valor de tolerância máximo



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

A determinação da percentagem de diferença permite obter o número de pontos a descontar (discrepâncias) aos fatores de ponderação relativos a cada ensaio.

Artigo 7.º

Avaliação da Qualidade do Tecido

A qualidade da proposta, atendendo às características técnicas exigidas, será atribuída ao somatório do produto da diferença entre a pontuação máxima e as discrepâncias de cada ensaio e os fatores de ponderação.

A pontuação da qualidade do tecido (QT) será atribuída ao quociente entre a qualidade da proposta e a qualidade pretendida (100), de acordo com a seguinte fórmula:

$$QT = \frac{\sum[(P_{Max} - D) \times FP]}{Q_{Tecido\ Padrão}}$$

Onde,

QT = Qualidade do tecido da proposta

P_{Max} = Pontuação Máxima (20)

D = Discrepâncias

FP = Fatores de Ponderação

$Q_{Tecido\ Padrão}$ = Qualidade pretendida para o tecido padrão (100)



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

M A R I N H A
DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO

Artigo 8.º

Ponderação do Preço

O preço total da proposta apresentada será ponderado na seguinte forma:

A pontuação do preço (P) é obtida através do quociente entre: preço base (€€€), menos o preço da proposta e o preço base (€€€), vezes a pontuação máxima (20), de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pontuação = \frac{P_{Base} - P_{Proposta}}{P_{Base}} \times P_{Max}$$

Onde,

P_{Base} = preço base;

$P_{Proposta}$ = preço da proposta

P_{Max} = pontuação máxima (20)

Artigo 9.º

Fórmula de avaliação final da proposta

A avaliação final será o resultado da seguinte fórmula:

$$Avaliação\ Final = 60\% QT + 40\% P$$

Onde,

QT = pontuação da qualidade do tecido

P = pontuação do preço

ANEXO E – Informação Complementar do Procedimento

Número do Procedimento	3025006597
Objeto do Contrato	Fornecimento de Uniforme Operacional Unidades Navais
Decisão de Contratar	Diretor de Abastecimento, Comodoro AN Luís Miguel Pereira Gonçalves, ao abrigo da competência subdelegada, conjugada com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do Código dos Contratos Públicos.
Escolha Procedimento	Concurso Público com Publicidade no JOUE, nos termos do artigo 20.º n.º 1 alínea a) do CCP.
Disponibilização Procedimento	www.acingov.pt
Pedidos Esclarecimentos	www.acingov.pt
Prazo Entrega Propostas	Até às 23h59 do 30.º dia a contar da data do envio, para publicação, do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP
Local de Entrega Propostas	www.acingov.pt
Critério Adjudicação	Proposta economicamente mais vantajosa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o Regulamento de Avaliação de Propostas, com os seguintes fatores de ponderação: <ul style="list-style-type: none">- Qualidade do material/Tecido: 60%- Preço: 40%
Caução	Não exigida.
Consultas Preliminares	Não aplicável

ANEXO F – Outros Requisitos de Admissão

INFORMAÇÃO/REQUISITOS TÉCNICOS

1. CONSULTA DE AMOSTRAS PADRÃO

Disponível, nos dias úteis das 10h às 12h e das 14h às 15h, mediante agendamento para o endereço de e-mail: da.dot.fardam@marinha.pt

2. ENTREGA DE BOLETIM DE ANÁLISE

A entregar obrigatoriamente, juntamente com os documentos da proposta, sob pena de exclusão emitido por laboratório acreditado pela *Internacional Accreditation Forum* ou pela *Europeans Cooperation Accreditation* e cuja data de emissão não tenha mais de um ano sobre a data da publicação do procedimento.

3. ENTREGA DE FICHAS TÉCNICAS DO ARTIGO

Facultativo.

4. ENTREGA DE AMOSTRA

Entrega obrigatória, juntamente com a proposta e de acordo com o abaixo discriminado sob pena de exclusão (as amostras serão entregues na Secção de Fardamento da DOT da Direção de Abastecimento, dentro do horário normal de funcionamento do serviço, até às 15 horas do dia útil limite para a apresentação das propostas).

8415263020927 DOLMAN OPERACIONAL UN N.50M - 1EA

8415263020894 CALÇA OPERACIONAL UN N.40M - 1EA

NOTA: Todas as amostras são entregues a título gratuito e não devolutivo.

5. ENTREGA DOS BENS

DIREÇÃO DE ABASTECIMENTO
DIVISÃO OPERACIONAL E TÉCNICA
BASE NAVAL DE LISBOA - ALFEITE, 2810-001, ALMADA, PORTUGAL

6. PRAZO MÁXIMO DE FORNECIMENTO

100 Dias.

7. REGISTO FOTOGRÁFICO

Não aplicável.

8. OUTROS REQUISITOS

Não aplicável.

ANEXO G - Declaração de Aceitação

Nome da Empresa:

Morada:

Número de Contribuinte:

DECLARAÇÃO

Para os efeitos do vertido no artigo 11.º do Caderno de Encargos e no âmbito da receção qualitativa declaro que autorizo a Entidade Contratante a enviar para contra-análise, a efetuar em Laboratório Credenciado, os bens objeto do presente procedimento.

Declaro ainda que autorizo o Laboratório escolhido a faturar a despesa em nome desta empresa, caso se verifique a existência de divergências entre os resultados obtidos na contra-análise e os ensaios apresentados por nós.